

**AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA QUE FREQUENTAM CRECHES MUNICIPAIS EM VITÓRIA DA
CONQUISTA-BA.**

O Programa Bolsa Família foi implantado pelo Governo Federal Brasileiro com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país, ele exige das famílias beneficiadas o cumprimento de condicionalidades e entre elas a frequência escolar das crianças. Esse estudo consiste em avaliar o Estado Nutricional de crianças beneficiadas pelo PBF que frequentam as creches municipais de Vitória da Conquista – BA. Foram avaliadas um total de 228 crianças entre o período de Fevereiro a Maio de 2008, para participar desse estudo as crianças deveriam estar inseridas no PBF. Das crianças avaliadas 66,66 % (n=152) são eutróficas; 21,49% (n=49) são desnutridas progresso; 9,64% (n= 22) e 2,192% (n=5) são desnutridas atual e crônico, respectivamente. Das crianças eutróficas (n = 152), 8,33% (n=19) estão com sobrepeso e 3,508 (n=8) são obesas. É possível afirmar que existe uma contribuição do PBF para a melhoria do estado nutricional das crianças assistidas por ele.

Palavras-Chave: Avaliação antropométrica, Programa Bolsa Família (PBF), crianças.

INTRODUÇÃO

O Programa Fome Zero é um dos itens mais importantes da agenda social do governo federal atual. Ele faz parte de uma proposta ambiciosa destinada a combater a fome e seus determinantes estruturais, visando à segurança alimentar da população brasileira. O Programa busca uma articulação entre os três níveis governamentais em torno de uma política emergencial de combate à fome, da construção de uma política integrada de segurança alimentar e da implementação de um conjunto de políticas públicas dirigidas (MESA, 2003 *apud* PAES-SOUZA).

O Programa Bolsa Família (PBF), Como parte do Programa Fome Zero, foi implantado pelo Governo Federal Brasileiro em outubro de 2003 com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país (SENN, 2007; ESTRELLA; RIBEIRO, 2008).

O Programa Bolsa Família procura reduzir a pobreza e as desigualdades existentes por meio da transferência de recursos monetários para as famílias que vivem em estado de extrema pobreza. No que se refere ao lado da demanda, o objetivo do Bolsa Família é conferir às camadas mais pobres da população uma capacidade de consumir em bases regulares (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008).

O PBF exige das famílias beneficiadas o cumprimento de uma série de condicionalidades. Em relação aos serviços de saúde, o programa determina que gestantes, nutrizes e crianças de zero a seis anos sejam acompanhadas do ponto de vista nutricional, mantendo o esquema de vacinação atualizado. Gestantes devem participar das consultas de pré e pós-natal e, assim como as mães de crianças de zero a seis anos, devem também participar das atividades educativas sobre saúde e nutrição. No que diz respeito à educação, exige-se 85% de frequência escolar das crianças e adolescentes na faixa entre seis e quize anos. O não cumprimento dessas condicionalidades implica no desligamento das famílias beneficiárias do Programa. (SENN, 2007; ESTRELLA; RIBEIRO, 2008; MONNERAT, 2008).

As creches são instituições que atendem a crianças e pré-escolares, de zero a três anos e de quatro a seis anos, respectivamente. Essas duas faixas etárias compreendem a educação infantil, que constitui a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade,

incluindo seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). A creche vem se tornando uma necessidade cada vez mais freqüente da população, conseqüência das transformações socioeconômicas que a sociedade está vivenciando (BISCEGLI et al, 2007). As crianças permanecem na creche mais de 1/3 do dia e, durante este tempo, recebem 2/3 de suas necessidades nutricionais, é necessário que a alimentação oferecida satisfaça suas necessidades e influenciem favoravelmente o seu estado nutricional.

A importância de uma alimentação adequada é indiscutível, sobretudo durante a infância. Do ponto de vista nutricional ela assegura o crescimento e desenvolvimento além do seu papel para a promoção e a manutenção da saúde e do bem-estar do indivíduo (BARBOSA; SOARES; LANZILLOTTI, 2007).

O estado nutricional é conseqüência de vários fatores. A vigilância nutricional constante faz-se necessária nos países em desenvolvimento, em função da alta prevalência de distúrbios como a desnutrição, e recentemente, a obesidade (UNICEF/UNU/WHO/MI, 1998 *apud* BISCEGLI et al, 2007). A avaliação nutricional se torna, portanto, uma etapa fundamental no estudo de uma criança, para verificar se o crescimento está se afastando do padrão esperado devido a alguma doença e/ou condição social desfavorável (BISCEGLI et al, 2007), sendo entre o desmame e os cinco anos de idade a fase mais vulnerável da vida de uma criança, nutricionalmente falando (MONTE, 2000 *apud* BISCEGLI et al, 2007).

A caracterização do estado nutricional da população, sob o ponto de vista qualitativo e quantitativo, representa, atualmente, um dos objetivos centrais dos estudos sobre distribuição do processo saúde-doença, não apenas no campo epidemiológico convencional como, sobretudo, na esfera administrativa (COSTA et al, 1981).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a utilização dos valores de estatura por idade e peso por estatura para avaliar o estado nutricional de pré-escolares em estudos populacionais (WHO, 1986 *apud* POST; VICTORA; BARROS, 2000). O objetivo desse estudo consiste em avaliar o Estado Nutricional de crianças beneficiadas pelo PBF que freqüentam as creches municipais de Vitória da Conquista – BA.

METODOLOGIA

Esta pesquisa quanto aos objetivos é descritiva, que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1991). Quanto aos procedimentos técnicos é uma pesquisa documental, que “Vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda, podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa (...) nesse tipo de pesquisa as fontes são mais diversificadas e dispersas” (GIL, 1991). Considerando a sua natureza trata-se de uma pesquisa quantitativa. O sujeito da pesquisa foram crianças de 2 a 6 anos de idade matriculadas nas creches entre o período de 2008-2009, para participar desse estudo as crianças deveriam estar inseridas no PBF e para verificar isso além da idade das crianças é que as fichas de matrícula das mesmas foram utilizadas. Foram avaliadas um total de 228 crianças entre o período de Fevereiro a Maio de 2008.

A obtenção da amostra para esse estudo foi do tipo não probabilística acidental, já que nem todos os sujeitos da pesquisa tiveram chances iguais de participar, uma vez que a amostra foi estratificada da seguinte maneira: foi feita uma visita em todas as creches do Município e posteriormente foi escolhido aleatoriamente 9 das 18 creches, sendo dessas 8 na zona urbana e 1 na zona rural, a partir disso foi feito um contato com a direção das creches escolhidas para o agendamento. Ao chegar a cada creche era feita a identificação do sujeito da pesquisa e para isso as fichas de matrícula das crianças eram consultadas para identificar qual delas eram beneficiadas pelo PBF e a idade das mesmas, portando dessas fichas de matrícula era feito o deslocamento até as salas de aula para buscar as crianças para realização da avaliação antropométrica, só eram avaliadas as crianças que estivessem na escola naquele momento, ou seja, não havendo retorno por parte dos pesquisadores para avaliar as crianças que por ventura não estivessem presentes naquele dia na creche.

A avaliação antropométrica (peso e altura) foi realizada por dois dos quatro pesquisadores treinados para desempenhar tal tarefa. A avaliação do estado nutricional utilizou-se da classificação de Waterlow (WATERLOW, 1977 *apud* BISCEGLI et al, 2007, p. 339) que leva em conta as relações entre peso/altura (P/A) e altura/idade (A/I). Foram consideradas eutróficas as crianças que apresentaram P/A e A/I dentro dos valores normais; com desnutrição aguda, as que apresentaram P/A abaixo do valor normal e A/I normal; e com desnutrição pregressa as que apresentaram P/A normal e A/I abaixo do valor normal e, por fim, para a classificação de sobrepeso e obesidade foi utilizado o critério de Jelliffe (JELLIFE, 1966 *apud* NACIF; VIEBIG, 2007) onde as crianças que apresentaram P/A entre

110% - 120% são classificadas com sobrepeso e as que apresentaram P/A acima de 120% são classificadas como obesas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Avaliação do estado nutricional está demonstrada nos gráficos 1 e 2. Das 228 crianças avaliadas considerando a classificação de Waterlow (1977) 66,66 % (n=152) são eutróficas, ou seja, o P/A e A/I estavam adequados, 21,49% (n=49) são desnutridas progresso, que corresponde as crianças que eram desnutridas, mas que recuperaram sua condição pondero-estatural, 9,64% (n= 22) são desnutridas atual, ou agudo, sendo essas crianças que apresentam um comprometimento do peso, mas a sua estatura é normal e por fim, 2,192% (n=5) são desnutridas crônico ou evolutivo, onde, a criança apresenta baixo peso e baixa estatura.



Gráfico 1 - Distribuição das crianças de acordo com o estado nutricional considerando a classificação de Waterlow, 1977.

Das 228 crianças avaliadas considerando a classificação de Waterlow (1977), 152 (66,67%) foram classificadas como eutróficas e dessas considerando a classificação de Jellife (1966) 8,33% (n=19) são classificadas com sobrepeso e 3,508 (n=8) como obesas.

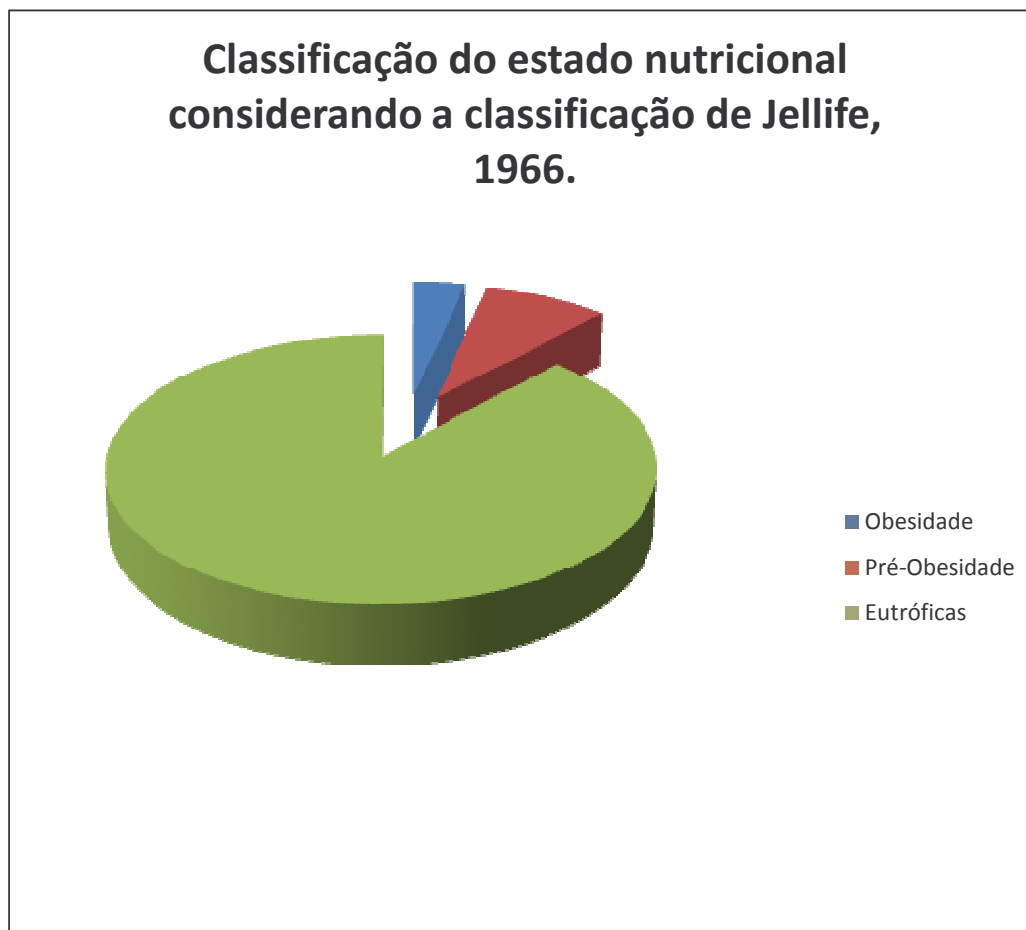


Gráfico 2 - Distribuição das crianças de acordo com o estado nutricional considerando a classificação de Jellife, 1966.

A análise dos dados antropométricos das crianças beneficiadas pelo PBF e que freqüentam creches mostrou que houve maior prevalência de desnutrição, seja ela aguda, progressiva ou crônica do que de sobrepeso (Pré-obesidade e obesidade), informação essa que difere da pesquisa realizada por Biscegli et al (2007), que aponta uma maior prevalência de obesidade em relação à desnutrição, no entanto, embora venha ocorrendo redução da prevalência de desnutrição energético-protéica em crianças menores de cinco anos de idade nas últimas décadas, no Brasil a desnutrição é ainda considerada um problema de Saúde Pública, sobretudo nas regiões Nordeste e Norte (MONTEIRO, 2000). Ainda que a ocorrência de Sobrepeso (Pré-obesidade e obesidade) tenha ocorrido em menor proporção

ela deve ser considerada devido às conseqüências que a mesma possa causar, “Este fato já é motivo de preocupação em nível de Saúde Pública, pois, a presença de obesidade leva a um aumento das taxas de morbidade e de doenças crônicas” (BISCEGLI et al, 2007).

Considerando a ocorrência de desnutrição de forma isolada, a desnutrição pregressa prevaleceu com 21,49% (n=49), como essa classificação corresponde a crianças que eram desnutridas, mas que recuperaram sua condição pondero-estatural, esse pode ser um indicador de transição nutricional, que se caracteriza pela mudança nos padrões nutricionais da população brasileira, com nítida redução de desnutridos e aumento de sobrepeso ou obesidade, principalmente devido hábitos alimentares incorretos (BATISTA; RISSIN, 2003).

Ao considerarmos que as crianças avaliadas são beneficiadas pelo PBF, podemos atribuir de forma positiva esse elevado número de desnutridos pregresso ao Programa, onde o mesmo estaria contribuindo para que as famílias tivessem um maior acesso ao alimento, o que corresponde ao princípio básico do programa que é combater a pobreza e a fome no país. Visto que a grande maioria das crianças são eutróficas, o programa pode estar contribuindo para que as famílias mantenham a alimentação e com a ajuda do mesmo possam estar melhorando a sua situação de pobreza.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a desnutrição e obesidade ainda estão longe de deixar de ser um problema de saúde pública e isso deve ser considerado pelos seus gestores. A ocorrência elevada desses distúrbios chama a atenção para a necessidade de medidas preventivas, incluindo nesse contexto, principalmente, a educação nutricional que por meio da educação alimentar e nutricional fornece informações que servem para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos, porque não basta apenas alimentar, é preciso alimentar de maneira saudável para evitar, sobretudo a ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis.

Considerando o PBF, este representa um avanço considerável no combate à fome no Brasil, possibilitando uma melhoria no acesso à alimentação de muitas famílias pobres brasileiras, logo é possível afirmar que existe uma contribuição do mesmo para a melhoria do estado nutricional das crianças assistidas por ele, sendo recomendado que através do programa medidas preventivas para desnutrição e obesidade também sejam diretamente desenvolvidas, uma vez que através deste estudo foi possível afirmar que o alimento está chegando à mesa, porém considerando o aspecto nutricional não se sabe a qualidade do mesmo, sendo necessário um estudo mais detalhado para avaliar o perfil da alimentação dessas crianças.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. M. S.; SOARES, E. A.; LANZILLOTTI, H. S. Avaliação da ingestão de nutrientes de crianças de uma creche filantrópica: aplicação do Consumo Dietético de Referência. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.** , Recife, v. 7, n. 2, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jul 2008 08:56:00 . doi: 10.1590/S1519-38292007000200006

BATISTA, B.F; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e Temporais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(Sup. 1), 2003. Disponível em : <http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/a_transicao_nutricional.pdf >. Acesso em 20 Set. 2008 09:13:00.

BISCEGLI, T. S. et al . Avaliação do estado nutricional e do desenvolvimento neuropsicomotor em crianças freqüentadoras de creche. **Rev. paul. pediatr.** , São Paulo, v. 25, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822007000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jul 2008 10:55:00. doi: 10.1590/S0103-05822007000400007

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº. 9.394, 1996. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 04 julho 2008 10:23:00.

COSTA, Elenice et al . Desnutrição recente, crônica e pregressa em quatro localidades do Estado de Pernambuco, Brasil. **Rev. Saúde Pública** , São Paulo, v. 15, n. 2, 1981 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101981000200006&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 17 2008. doi: 10.1590/S0034-89101981000200006.

ESTRELLA, Juliana; RIBEIRO, Leandro Molhano. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Rev. Adm. Pública** , Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300009&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 17 2008. doi: 10.1590/S0034-76122008000300009.

MARTINS, Cristina. Avaliação do estado nutricional e diagnóstico. Curitiba: Editora Nutroclínica, 2008, 485 p.

MONNERAT, G. L. et al . Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciênc. saúde coletiva** , Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jul 2008 10:12:00. doi: 10.1590/S1413-81232007000600008

MONTEIRO, Carlos Augusto; CONDE, Wolney Lisboa. Secular A tendência secular da desnutrição e da obesidade na infância na cidade de São Paulo (1974-1996). **Rev. Saúde Pública** , São Paulo, v. 34, n. 6, 2000 . Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000700008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Set 2008 22:35:00. doi: 10.1590/S0034-89102000000700008

NACIF, M.; VIEBIG, R. F.; Avaliação antropométrica nos ciclos da vida: uma revisão prática. p.47. São Paulo: Editora Metha, 2007.

PAES-SOUSA, Rômulo; RAMALHO, Walter Massa; FORTALEZA, Beatriz Meireles. Pobreza e desnutrição: uma análise do Programa Fome Zero sob uma perspectiva epidemiológica. **Saude soc.** , São Paulo, v. 12, n. 1, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000100005&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 17 2008. doi: 10.1590/S0104-12902003000100005.

POST, C. L. A.; VICTORA, C.r G.; BARROS, A. J. D. Entendendo a baixa prevalência de déficit de peso para estatura em crianças brasileiras de baixo nível sócio-econômico: correlação entre índices antropométricos. **Cad. Saúde Pública** , Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2000 . Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul 2008 21:12:00. doi: 10.1590/S0102-311X2000000100008

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.** , Campinas, v. 18, n. 5, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-

52732005000500011&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 17 2008. doi: 10.1590/S1415-52732005000500011.

SENNÁ, M. C. M. et al . Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jul 2008 09:34:00. doi: 10.1590/S1414-49802007000100010